



PREFEITURA DE  
**CAMPINAS**

Um novo tempo  
para nossa cidade.

# 2013

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES



**2013**

**BALANÇO GERAL**

# 1. INTRODUÇÃO

2013 ainda será reconhecido pelos avanços obtidos na gestão ambiental. Este relatório anual com as atividades da SVDS, uma nova secretaria bastante fortalecida, registra dados, informações e relatos que apontam neste sentido.

Prestar contas é dever do gestor público, motivo pelo qual esta pasta ambiental desde já se coloca à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Registram-se aqui os resultados mais relevantes sob nosso ponto de vista:

- Programa Cidades Sustentáveis: Campinas utilizou os 12 eixos do programa na elaboração do PPA 2014/2017, estabeleceu metas quantitativas para 68 indicadores, destacando-se entre as maiores cidades participantes;
- Campinas se tornou a primeira cidade do interior a implantar sistema de Licenciamento Ambiental ON LINE. Até a metade de 2014 será a única porta de entrada para o Licenciamento Ambiental, que já foi agilizado com a contratação de técnicos, bem como o número de documentos ambientais emitidos saltou de 1064 em 2012 para 1390 até 27/12/2013, 30,6% a mais que no ano anterior;
- Após 15 anos, o município aplicou pela primeira vez recursos do PROAMB – Fundo Municipal de Proteção e Recuperação do Meio Ambiente. Leis municipais destravaram o Fundo e o seu conselho diretor entrou em funcionamento pela primeira vez, aprovando Plano de Investimentos de R\$ 7,8 milhões;
- Campinas entrou para o seletor grupo das cidades (menos de 1/3) que elaboraram no prazo previsto pela legislação seus Planos Municipais de Saneamento. O trabalho coordenado pela SVDS envolveu técnicos de vários órgãos municipais, incluindo SEINFRA, SMSP e SANASA e representou economia de mais de R\$1,5 milhão, pois, ao contrário de outras grandes cidades, não houve contratações de consultorias para a

elaboração do plano, elaborado a partir da dedicação e conhecimento dos técnicos da PMC;

- Após 10 anos de indefinições, a gestão Jonas Donizette retomou e concluiu o estudo técnico interrompido do caso da contaminação ambiental no bairro Mansões Santo Antônio. Há agora planejamento bem definido para o enfrentamento deste grave passivo ambiental;
- Campinas recebeu pela primeira vez o Certificado de Município VerdeAzul da Secretaria de Meio Ambiente, um reconhecimento pelas ações nas áreas ambiental, de serviços públicos e de saneamento. A cidade saltou do 220º lugar para o 14º, o maior avanço entre todas as cidades do Estado;
- O prefeito Jonas Donizette reestruturou a pasta ambiental, agora com estrutura de 03 (três) departamentos prevista em lei, inclusive com a criação inédita do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal, reivindicação antiga do setor e mais um compromisso cumprido pelo Exmo. Sr. Prefeito como o Conselho de Proteção e Defesa Animal – CPDA, vinculado diretamente ao Gabinete.

Desejamos um ótimo 2014 a todos!

Campinas, 27 de dezembro de 2013

**ROGÉRIO MENEZES**

**Secretário do Verde e do Desenvolvimento Sustentável**

## 2.AVANÇOS NA GESTÃO

	<b>Situação em Dez/2012</b>	<b>Situação atual</b>
<b>Da SMMA à SVDS</b>	Secretaria criada por Decreto, apenas o Departamento único da antiga SEPLAMA com organização informal em 4 departamentos virtuais.	<p>Projeto de Lei de reestruturação da SVDS em 3 Departamentos, com a criação das áreas do Verde, Proteção e Bem-Estar Animal.</p> <p>Estrutura discutida com CMPDA e COMDEMA</p> <p>Envio à Câmara em 02/12/2013</p> <p>Audiência Pública realizada em 10/12/13</p> <p>PL aprovado em dezembro/2013 Lei promulgada em janeiro/2014</p>
<b>Meio Ambiente como tema transversal</b>	SMMA: Meio Ambiente como política setorial, com pouca participação no planejamento da PMC.	<p>Prefeito Jonas Donizette criou o Grupo Gestor do Programa Cidades Sustentáveis por Decreto sob a coordenação da SVDS.</p> <p>75 indicadores divulgados e 68 desses com metas assumidas até 2016.</p> <p>Sistema desenvolvido pela IMA permite monitoramento dos indicadores</p> <p>12 Eixos de sustentabilidade incorporados na elaboração do PPA 2014/2017</p>
<b>Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais</b>	Estratégia da SMMA sem apoio para fortalecimento institucional e financiamento da gestão ambiental municipal.	<p>SVDS com nova estrutura aprovada e previsão de fortalecimento.</p> <p>Destramento do PROAMB pela Secretaria Municipal de Finanças com retomada dos repasses</p> <p>Lei nº14.748, de 20 de dezembro de 2013, que institui a TCFA, o que proporcionará a retenção a partir de 2014 de cerca de 500 mil reais de receita adicional para o PROAMB</p>

<p><b>PROAMB nasce após 15 anos</b></p>	<p>Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) criado há 15 anos, sem funcionamento por falta de regulamentação, de estrutura administrativa e de vontade política</p>	<p>Legislação destravou o fundo</p> <p>Conselho Diretor já realizou 5 reuniões em 2013 e aprovou plano de investimentos de R\$7,8mi</p> <p>Recursos disponíveis da ordem de R\$9,8mi em 2013</p> <p>PROAMB conta agora com contador, setor administrativo e de compras, com funcionários de carreira.</p> <p>Publicada OS 04/2013 que designa funcionários para a execução do Plano de Trabalho, previamente aprovado pelo Conselho Diretor</p>
<p><b>Informatização da SVDS</b></p>	<p>Técnicos sem computadores, utilizando equipamentos pessoais (laptops) trazidos de suas casas.</p>	<p>Todos os técnicos do setor de licenciamento com computadores novos</p> <p>Estação gráfica adquirida</p> <p>Doações de computadores em parcerias público-privadas</p> <p>26 computadores em processo de aquisição com recursos SVDS</p>
<p><b>Um novo tempo no Licenciamento Ambiental</b></p>	<p>Licenciamento ambiental com apenas 8 técnicos no setor</p> <p>Gargalo por falta de pessoal e de equipamentos, prejudicando a análise dos empreendimentos</p> <p>De 11 a 17 PTAs por mês enviados ao COMDEMA</p> <p>Ausência de descrição clara sobre o conteúdo dos documentos técnicos</p>	<p>Licenciamento fortalecido pela contratação de técnicos de carreira, hoje com 17 técnicos e 05 estagiários, e novas contratações em andamento</p> <p>Licenciamento Online implantado (primeiro documento emitido em 04/Set)</p> <p>Técnicos com computadores novos</p> <p>Publicadas resoluções contendo os termos de referência dos documentos exigidos no Licenciamento Ambiental</p>
<p><b>Água para o desenvolvimento</b></p>	<p>Campinas ausente nas atividades do PCJ, apesar do cenário de escassez de água na Bacia Hidrográfica</p>	<p>Campinas com protagonismo nas articulações e discussões sobre ampliação da reserva hídrica (novas barragens) e renovação da outorga do sistema Cantareira.</p> <p>Representação ativa com participação direta do Prefeito Jonas Donizette, vice-prefeito Henrique Magalhães Teixeira e Arly de Lara Romeo e Rogério Menezes.</p> <p>SVDS preside Conselho de Controle Social da ARES-PCJ</p>

<p><b>Plano de Saneamento garante investimentos</b></p>	<p>Plano Municipal de Saneamento Básico paralisado, indefinição sobre contratação ou elaboração pelos técnicos da PMC.</p>	<p>Fases de diagnóstico e prognóstico concluídas, já com realização de audiências públicas.</p> <p>Conclusão do plano em Dez/2013</p> <p>Publicação do Decreto nº 18.199 de 19 de dezembro de 2013, validando o plano</p>
<p><b>A APA sob nova direção</b></p>	<p>Conselho Gestor da APA vinculado à SEPLAN em crise institucional após renúncia do ex-presidente</p> <p>Plano de Manejo da APA com contratação paralisada pela Petrobrás</p> <p>Análise de protocolados paralisada</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette decretou alteração da vinculação da SEPLAN para a SVDS</p> <p>Conselho em pleno funcionamento sob a presidência do representante da SANASA</p> <p>Unidade de procedimentos CONGEAPA/COMDEMA nas análises de processos</p> <p>Análise de protocolados em dia</p> <p>Regimento interno sob revisão</p> <p>Retomada a contratação do Plano de Manejo pela Petrobrás</p>
<p><b>Mansões Santo Antônio Solução a caminho</b></p>	<p>Impasse no caso Mansões Santo Antônio</p> <p>Estudos técnicos da Consultoria AECOM interrompidos sem previsão por falta de pagamento por parte da construtora CONCIMA</p> <p>Prejuízos à cidade após congelamento das áreas do entorno por Decreto desde 2002</p>	<p>Através de TAC, Prefeitura viabiliza R\$370 mil para retomada e conclusão dos estudos técnicos da pluma de contaminação</p> <p>Divulgação do Estudo Técnico - Relatório Síntese</p> <p>Lei nº 14.753 de 20 de dezembro de 2013, que cria o FUNDIF (Fundo Municipal de Interesses Difusos)</p> <p>03 novas ações aprovadas no Plano de Trabalho do PROAMB</p>
<p><b>Educação para a sustentabilidade</b></p>	<p>Educação Ambiental com ações isoladas e eventuais</p> <p>SEMEIA com formato centralizado</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette criou por Decreto GT específico para propor Política e Plano Municipal de Educação Ambiental.</p> <p>Proposta de Política até Março/2014.</p> <p>Plano até 2º semestre de 2014.</p> <p>SEMEIA com descentralização das atividades e forte envolvimento dos mais diversos setores da PMC (5 mil participantes em mais de 60 atividades).</p> <p>Inventário Ambiental da RMC em elaboração.</p>

<p><b>O desafio de ampliar as áreas verdes</b></p>	<p>Banco de Áreas Verdes (BAV) com apenas 01 técnico em cargo comissionado</p>	<p>BAV com 03 agrônomos (funcionários de carreira)</p> <p>Novos TCAs e TACs assinados com projetos inovadores</p> <p>Arborização Piloto na Cidade Judiciária: árvores com códigos de barras</p> <p>Termo de cooperação assinado com EMBRAPA</p> <p>Ordem de serviço conjunta SMSP/SVDS</p>
<p><b>GT estuda áreas verdes de Barão Geraldo</b></p>	<p>Manifestações solicitam plano para a preservação de áreas verdes de Barão Geraldo Movimento reivindica criação do Parque de Barão na Fazenda Rio das Pedras</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria por Decreto GT específico para estudar áreas de preservação permanente no distrito e propor estratégias para sua preservação.</p> <p>Os trabalhos do grupo estão em fase finalApresentação do Plano de Trabalho em Jan/14</p>
<p><b>Parceria com a ONG SOS Mata Atlântica</b></p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica inexistente e previsto apenas como meta.</p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica em contratação</p> <p>Será elaborado com metodologia de participação on-line em parceria com a SOS Mata Atlântica (uma das mais importantes ONGs do Brasil)</p> <p>Abre possibilidades de novos recursos federais, conforme prevê a Lei da Mata Atlântica</p>
<p><b>Fazendo a lição de casa</b></p>	<p>Campinas sem realizar Conferência de Meio Ambiente desde 2003, na oportunidade, coordenada pela SANASA.</p>	<p>Realizada a 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Campinas em conjunto com COMDEMA, com significativa participação, em importante momento de definição sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p> <p>Participação dos delegados representantes de Campinas nas Conferências Estadual (2ª quinzena/Set) e Nacional (2ª quinzena/Out) de Meio Ambiente</p>



<b>Tecnologia aplicada à fiscalização</b>	<p>Setor de Fiscalização sem espaço físico próprio</p> <p>Fiscais "presos" nos plantões de Atendimento ao Cidadão</p> <p>Nenhuma multa aplicada</p> <p>Fiscalização sem uso de modernas tecnologias</p>	<p>Setor instalado no 19º andar em espaço próprio</p> <p>Fiscais livres para fiscalização preventiva e corretiva</p> <p>Operações periódicas em articulação com a Guarda Municipal</p> <p>R\$890mil em multas aplicadas até 03/Dez/2013</p> <p>Planejada aquisição de modernos equipamentos para Setor de Fiscalização</p>
<b>Conselhos com autonomia</b>	<p>COMDEMA sem verba para funcionamento conforme prevê legislação</p>	<p>Destinado ao COMDEMA R\$ 100 mil PROAMB/ 2013, mediante apresentação de plano de trabalho</p> <p>CONGEAPA com R\$60 mil para definir aplicação</p>
<b>Censo da Economia Verde</b>	<p>Lei municipal que criou o censo da economia verde sem regulamentação</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette publicou Decreto regulamentador nº17.85 de 23 de janeiro de 2013, realizado Seminário e o Portal do Censo da Economia Verde está no ar</p> <p>Chamamento público em elaboração</p>
<b>PMC Solar</b>	<p>Prédio da Prefeitura com gasto anual de R\$ 550 mil em energia elétrica, sem ideia de aproveitar lajes e fachadas para captação de energia</p>	<p>Estudo de viabilidade e projetos básicos para instalação dos painéis solares nas lajes do 3º e 19º em contratação</p>
<b>Município VerdeAzul</b>	<p>Campinas em 220º lugar no ranking, com 61,17 pontos</p> <p>Informações não apresentadas e ações não executadas por falta de coordenação e metodologia</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria GT específico para o Programa Município VerdeAzul, sob coordenação da SVDS</p> <p>Cerca de 18 órgãos da administração trabalham em conjunto na elaboração do Plano de Ação</p> <p>Plano de Ação de Campinas entregue em final de Set/2013</p> <p>Campinas em 14º lugar, com 89,5 pontos</p>

**2013**

**PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento é a principal ferramenta de gestão ambiental em âmbito municipal. Sua função primordial é concretizar a Política Municipal de Meio Ambiente, de forma a garantir qualidade de vida à população em um meio ambiente equilibrado.

Como principais instrumentos para a consecução desse objetivo estão os planos municipais e um sistema de informações ambientais georreferenciadas. Por meio de um banco de dados sólido, é possível analisar as questões ambientais de maneira espacializada e, a partir disso, avaliar, concluir e otimizar procedimentos e ações, que estão muitas vezes internalizados em planos setoriais.

Por seu caráter transversal e dada a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Campinas, os temas com interface ambiental estão diluídos em diversos órgãos da administração. Sendo assim, a articulação, integração e compatibilização dessas ações e informações constituem o grande desafio da gestão ambiental no momento.

## 2. EQUIPE

A área de Planejamento Ambiental conta hoje com uma equipe multidisciplinar – engenheiros sanitaristas (2), ambientais (4), agrônomos (2), químico (1), arquiteto (1) e (1) geógrafo que, embora seja bastante qualificada, ainda é insuficiente para atender todas as frentes e demandas.

Atualmente, está virtualmente dividida em grupos, que contemplam a estrutura prevista no Projeto de Lei Complementar nº 37/2012, a ser promulgado em janeiro de 2014.

Os grupos e suas principais atribuições são:

- Planos e Políticas Públicas – Além da elaboração e participação de Planos Municipais Ambientais ou com interface ambiental, neste grupo também é tratado a análise de diretrizes ambientais, condicionantes e restrições para cadastramento de glebas, análises prévias de loteamentos e casos de enquadramento no Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE.
- Educação Ambiental – Trata de ações e atividades de educação ambiental interna e junto a outras Secretarias, entidades ou órgãos.
- Tecnologia e Informações Ambientais – É onde se consolidarão as informações ambientais nas suas diversas formas: banco de dados georreferenciados ou não, mapas temáticos, imagens, etc. para dar suporte interno e também para divulgação externa.
- Desempenho Ambiental e Compras Sustentáveis – É onde são consolidados os parâmetros para atualização de indicadores e índices de desempenho ambiental de programas e planos. Atualmente estamos inscritos no Programa Município Verde-Azul, Cidades Sustentáveis e também o próprio programa de metas do governo. Com relação às compras sustentáveis, o setor busca mecanismos de fomento para incrementar o número de itens sustentáveis nas licitações patrocinadas pelo poder público, programa este sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração.

A Equipe encontra-se assim dividida:

### **Responsável pela Área de Planejamento Ambiental**

*Sylvia Regina Domingues Teixeira*

## **Planos Municipais**

*Phillip de Souza Cardoso*

*Geraldo Ribeiro de Andrade Neto*

*Ivie Emi Sakuma Kawatoko*

*Paulo Ricardo Egydio de Carvalho Neto*

## **Políticas Públicas (Diretrizes Ambientais)**

*Celso Ribeiro de Freitas Jr*

*Maria Stela Belluzzo Prado*

*Ricardo Simão Amon*

## **Educação Ambiental**

*Roberto Santos Alberto (responsável pelo setor)*

*Maria Eugênia Mobrize*

*Claudia Maria Resende Esmeriz*

*Márcio Cristian Ferreira*

## **Informações Ambientais**

*Guilherme T. N. P. de Lima (coordenador do grupo)*

*Cezar Capacle*

*Ricardo Simão Amon*

*Paulo Ricardo Egydio de Carvalho Neto*

OBS – O grupo conta com representantes de outras áreas, mas aqui estão listados os que são da área de planejamento ambiental, com exceção do coordenador atual do grupo, assessor da Área de licenciamento Ambiental.

## **Desempenho Ambiental e Compras Sustentáveis**

*Cezar Capacle*

*Claudio Pacheco de Oliveira (iniciando em Dez/13)*

## **Estagiários**

*Ana Carla D'Arc dos Santos*

*Bruno Nicolau Ignácio Alves*

Além dos grupos de trabalho, está em andamento uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a PUC-Campinas, para desenvolvimento conjunto de produtos de interesse mútuo, aliando conhecimento acadêmico e científico à *práxis* de gestão ambiental com o intuito de ampliar produtos e práticas para a melhoria da qualidade de vida do Município.

### 3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

- 3.1 Planos Municipais e Políticas Públicas (Diretrizes, análise prévias e GAPE)
- 3.2 Educação Ambiental
- 3.3 Tecnologia e Informações Ambientais
- 3.4 Desempenho Ambiental e Contratações Sustentáveis

#### 3.1 PLANOS MUNICIPAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para 2013, a SVDS projetou a elaboração de 3 Planos Municipais: Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Educação Ambiental e o acompanhamento do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

##### 3.1.1 Plano Municipal de Saneamento Básico

O Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme preconiza a Lei Federal nº 11.455/07, teve seus trabalhos iniciados em Fevereiro de 2013, após a posse da nova gestão municipal com grupo envolvendo vários órgãos ambientais e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A. (SANASA), instituído pela Portaria nº 80084/13.

A proposta de trabalho previu a elaboração de **4 produtos**: 1) Diagnóstico, 2) Prognóstico, Objetivos e Metas 3) Ações Programas e Metas e 4) Relatório Final com Minuta do Decreto de instituição do Plano. O cronograma dos trabalhos foi cumprido, tendo sido realizadas **2 audiências públicas** (30/07 e 12/11), como uma das formas de Controle Social, além de ampla divulgação junto à sociedade civil, aos conselhos, entidades de classe, Ministério Público, Instituição de Ensino, etc., através de ofícios, e-mail, rede sociais, site da SVDS e Diário Oficial do Município.

Contamos hoje com o produto 4 finalizado, o que permitiu em 20/12/13 a publicação do Decreto e do Plano no DOM, estando pois, vigente.

Equipe: Sylvia Teixeira (Coord. Geral) Philip Cardoso, Geraldo Andrade Neto, Ivie Kawatoko e Paulo Carvalho Neto

O cronograma dos trabalhos realizados pode ser observado na sequência:





Ambiental. Ficou determinado que a Política atenderia a quatro públicos determinados: 1) População em geral; 2) Servidores públicos; 3) Alunos da rede pública; e 4) Professores da rede pública.

Ao longo do processo, a discussão ampliou-se, englobando outros setores da sociedade nos trabalhos do Grupo Técnico, o que por sua vez resultou na prorrogação do prazo de entrega da minuta Política para março de 2014.

PLANEJAMENTO DETALHADO - 2013														
		Atividades a serem executadas pelo DDS												
		Atividades de outros departamentos ou de terceiros executadas sob coordenação do DDS												
COORDENADORIA SETORIAL DE PROJETOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL														
TEMA	ATIVIDADE	2013												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1. Contato inicial com Secretaria de Educação		■										■	
	2. Formação do Grupo de Trabalho		■	■										
	3. Reuniões de Trabalho			■	■	■	■	■	■	■				
	4. Elaboração do anteprojeto de lei				■	■	■	■	■	■				
	5. Submissão ao COMDEMA								■	■				
	6. Consulta pública										■			
	7. Revisão do anteprojeto									■	■			
	8. Submissão à Câmara											■		
	9. Divulgação na mídia			■					■			■		

### 3.1.3 Acompanhamento do Plano Municipal de Mobilidade Urbana

Participante da SVDS: Vagner

O trabalho de acompanhamento do Plano Municipal de Mobilidade Urbana se iniciou em fevereiro de 2013, com a aproximação da SVDS junto à EMDEC. Ainda em fevereiro, foi constituído um Grupo de Trabalho com participação das lideranças cicloativistas dos principais grupos do município. A ideia do Grupo foi proporcionar o acesso da sociedade ao Plano Cicloviário proposto para análise e definição de eixos prioritários de implementação e permitir sua harmonização com o Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

A partir de então, houve reuniões em periodicidade quinzenal com a EMDEC e com o Grupo de Trabalho. Após a definição prévia dos eixos prioritários, as propostas foram validadas em diversas visitas de campo. Ao mesmo tempo, foram realizadas articulações com a Câmara de Vereadores (em particular a Comissão de Mobilidade) e, a partir daí, buscou-se levantar referências de projetos implantados em outros municípios, como Sorocaba e Santos.

Nos meses de junho e novembro, foram realizadas duas audiências públicas sobre o tema na Câmara de Vereadores, com a participação de cerca de 150 ciclistas, além dos Secretários de Transportes Sérgio Benassi e de Esportes e Lazer Professor Oldemar Elias Campos. Nas oportunidades, foram discutidos desde temas abrangentes das cicloviárias até questões específicas para sua implantação.

No momento, dada a aprovação do Plano de Trabalho do PROAMB, que prevê o investimento de R\$700 mil na contratação de Projeto Básico e Executivo de 100km de ciclovia, os esforços estão concentrados na elaboração do Termo de Referência para essa contratação. Dos 100km de metas, foram criados 05 lotes de 20km. O primeiro lote já tem seu trajeto e desenho preliminar definido e o segundo lote já está em estudo. Destaque-se também a articulação entre as compensações ambientais e a execução de trechos de ciclovia propostos.

Prevê-se que a partir do segundo trimestre de 2014 tenham início as obras da Av. Baden Powell, um dos eixos prioritários definidos pelo plano.

Cabe destacar ainda a parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), sob coordenação da SVDS, com o objetivo de participar do “Projeto Mobilidade Sustentável 2.0”. Representantes europeus da WBCSD estarão em fevereiro de 2014 presentes em Campinas para apresentação do projeto ao Sr. Prefeito Municipal, equipe da SVDS e da EMDEC.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL ST/EMDEC	1. Integração com EMDEC/SETRANSP	■										
	2. Diagnóstico/aquisição dos mapas das "rotas cicloviáveis" por macrozonas (EMDEC)		■	■								
	3. Acompanhamento participativo nos trabalhos dos planos locais das macrozonas sobre "rotas cicloviáveis"	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	4. Levantamento da real situação das cicloviárias e ciclofaixas existentes no município (campo)		■	■								
	5. Abrir conversação junto ao departamento de projetos viários EMDEC			■								
	6. Estudo dos projetos fragmentados de eixos cicloviários, que atenda demanda existente de maior urgência				■	■						
	7. Formação de grupo consultivo de ciclistas voluntários (máx. 5)		■									

### **3.1.4 Políticas Públicas (Diretrizes, análise prévias e GAPE).**

Na área de Planejamento Ambiental, são recebidos protocolos de vários assuntos, sendo que destacamos os seguintes:

- Análises de levantamentos planialtimétricos para emissão de diretrizes ambientais ou revalidação, visando o cadastramento de glebas;
- Análises prévias de loteamentos;
- Análises do GAPE,
- Outros: certidões gráficas, incidência de APP, solicitação de imagens, ou outros dados ambientais, declarações de áreas dentro de APA ou outra unidade de Conservação, doação de áreas para a Prefeitura utilização de áreas públicas, etc.

Segue planilha de distribuição mensal de protocolos, onde observa-se que existe um passivo de protocolos a ser sanado, que representa uma boa parte dos protocolos a serem gerenciados no mês.

A planilha seguinte mostra que o número de GAPEs aumentou muito, se comparado com os números início do ano. Não foi possível levantar o número de casos de diretrizes, devido à falta de padronização do assunto na planilha. Estima-se que ocupe uma porcentagem de 30 a 40% dos protocolos que entram no centro de custo.

	pend. mês ant. e outras datas	entrada do mês	total da planilha mês	saída do mês
Janeiro	122	29	151	56
Fevereiro	83	23	106	32
Março	81	31	112	19
Abril	89	38	128	39
Maio	57	39	96	18
Junho	57	31	88	27
Julho	63	57	120	42
Agosto	70	33	102	35
Setembro	69	46	115	47
Outubro	74	54	128	44
Novembro	68	45	113	51
Dezembro				
Média	75,7	38,7	114,5	37,3

#### Protocolos CC.428 – Distribuição por mês

	AP	GAPÉ
Janeiro	20	4
Fevereiro	8	0
Março	4	5
Abril	4	6
Maio	1	2
Junho	1	2
Julho	1	10
Agosto	2	5
Setembro	1	9
Outubro	2	18
Novembro	1	14
Dezembro		

#### Protocolos CC.428 – Entradas de solicitação de Análises Prévia e GAPÉs

## 3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 3.2.1 Seminário da Economia Verde e Criativa

Realizado em fevereiro de 2013, o Seminário contou com a presença de importantes palestrantes: entre eles, Fábio Feldmann e Paulo Sérgio Muçouçah. Com participação expressiva da sociedade, discutiram-se temas sobre empregos verdes e economia sustentável, seguida de rica discussão entre palestrantes e público presente.

### 3.2.2 Semana do Meio Ambiente

Ocorrida na primeira semana de junho, contou com o planejamento prévio desde janeiro de 2013, conforme cronograma:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. Definição prévia dos eventos da SEMEIA e contatos preliminares	■											
2. Captação de recursos com terceiros	■	■	■	■	■							
3. Levantamento de pacote de decretos para assinatura na abertura	■	■	■	■	■							
4. Envio de ofícios para formação da Comissão Ambiental		■										
5. Formação da base de contatos da Comissão Ambiental		■										
6. I Reunião: apresentação das propostas preliminares e solicitação de contribuições dos participantes (inclusive homenageados)		■										
7. Captação das solicitações da I Reunião			■									
8. II Reunião: Formação preliminar da SEMEIA; escolha de palestrantes e homenageados			■									
9. Construção do site de divulgação			■	■								
10. Contato com homenageados			■	■	■	■						
11. III Reunião: Formação intermediária da SEMEIA; apresentação do site; ajuste de agenda				■								
12. Confeção de material gráfico				■	■							
13. IV Reunião: Formação final da SEMEIA					■							
14. Divulgação na mídia					■	■						
15. IV Reunião: Balanço do Evento						■						

A Semana do Meio Ambiente foi realizada com a participação e colaboração de diversos órgãos da administração. Foram realizados cerca de 60 eventos, com público estimado de 5.000 pessoas, de forma descentralizada e mediante prévias inscrições em portal específico.

### 3.2.3 II Conferência Municipal do Meio Ambiente

Realizada do dia 10 a 19 de agosto de 2013, a Conferência tratou do tema Resíduos Sólidos, temática essa definida em âmbito nacional. No primeiro

final de semana, foram realizados eventos de Educação Ambiental no Parque Portugal (dias 10 e 11). No dia 17, deu-se a abertura oficial do evento. Nos dias 18 e 19, a Conferência propriamente dita realizou-se na Estação Cultura, com participação de cerca de 200 pessoas, com ampla e diversificada representação da sociedade, com destaque à representação das cooperativas de catadores. Como resultado da Conferência, foram votadas 20 propostas inseridos nos 4 eixos temáticos e foram eleitos 12 delegados para representar o Município de Campinas na Conferência Estadual. Destes, 05 foram eleitos para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada de 24 a 27 de outubro, com a representação municipal eleita.

#### **3.2.4 III Seminário Metropolitano do Meio Ambiente**

Realizado no Teatro Brasil Kirin, no Shopping Iguatemi, nos dias 30 e 31 de outubro. Trata-se de iniciativa da Prefeitura Municipal de Campinas, em parceria com os municípios da Região Metropolitana de Campinas - RMC. O tema principal foi o lançamento do projeto do Inventário Ambiental da RMC, a ser concluído em 2014. O evento contou com a participação do Sr. Prefeito de Campinas, de representantes de prefeitos, Secretários do Estado, de Secretários de Meio Ambiente da RMC, bem como representações de entidades ambientalistas, do setor empresarial, com destaque a parceria da Aeroportos Brasil Viracopos, devido à interface com as temáticas discutidas no seminário e Secretarias do Governo do Estado.

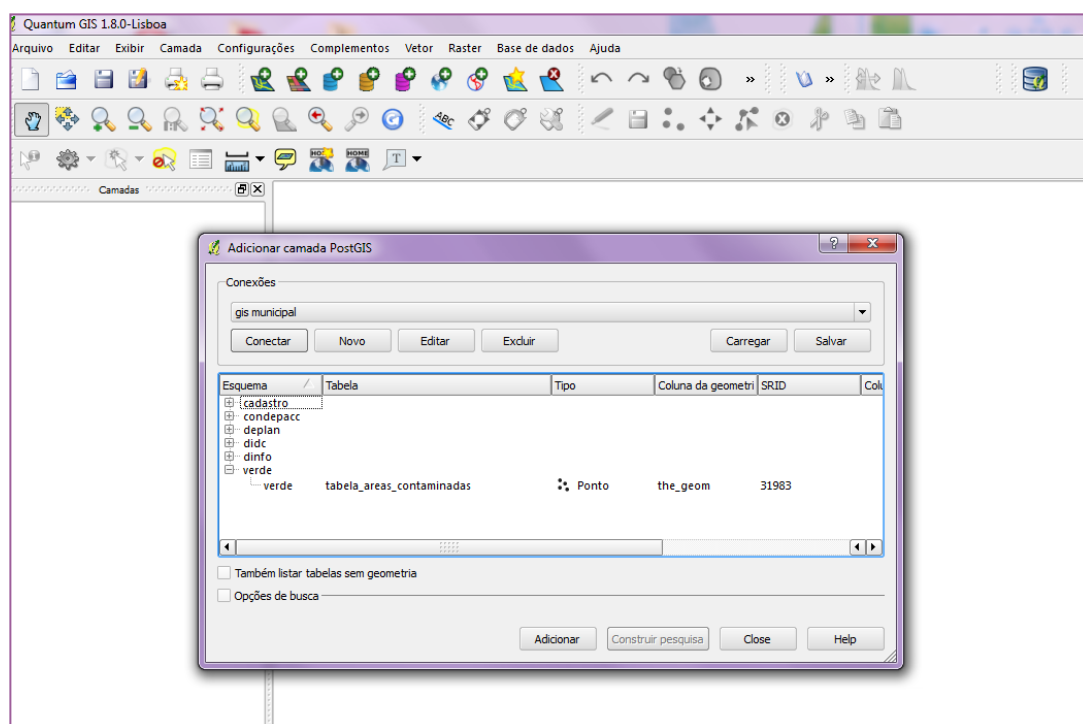
#### **3.2.5 Ações de Educação Ambiental**

À parte os eventos de grande porte, ao longo de todo o ano foram realizadas atividades de Educação Ambiental para diversos públicos. Destacam-se os trabalhos do projeto Guardiões da Natureza, que atendeu aproximadamente 11 mil crianças de mais de 80 escolas públicas e particulares. Além disso, produzimos cerca de 8 eventos de plantio em áreas de Área de Preservação Permanente (matas ciliares), com apoio de associações de moradores de vários bairros de Campinas, como por exemplo, Jardim Alto de Viracopos e Jardim Telesp. Foram também realizadas oficinas (como por exemplo, no Dia do Idoso) e visitas técnicas específicas. Na Estação Ambiental, as escolas da região foram recebidas para apresentação sobre o tema Área de Proteção Ambiental de Campinas - APA Campinas (unidade de conservação sustentável), seguida de trilha ecológica no entorno. A Estação também realizou diversos eventos temáticos durante a Semana de Meio Ambiente 2013.

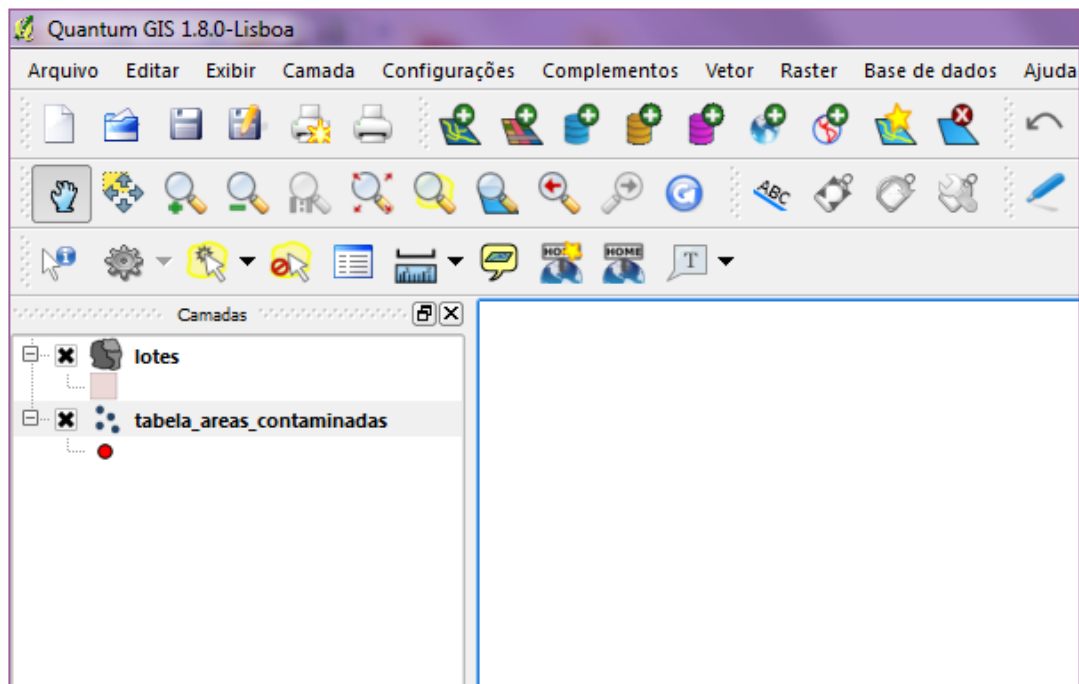
### 3.3 TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Esse setor está em formação. Foi criado um grupo interno para implantar e orientar os trabalhos, uma vez que o grupo tem representantes de todas as áreas da SVDS: Planejamento, Licenciamento, Verde, Fiscalização, Proteção e Bem-estar Animal. A coordenação é do assessor Guilherme T. N. P. de Lima.

O primeiro produto desenvolvido e finalizado pelo grupo foi o cadastramento completo das áreas contaminadas contidas no relatório CETESB, de 2012, para que o mesmo esteja espacializado e integrado a outras informações de nível local. Tal produto foi realizado com a parceria do DIDC, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Esse é o primeiro banco de dados desenvolvido nesta gestão municipal e está hospedado num servidor na Informática de Municípios Associados - IMA onde compartilha-se o espaço da SEPLAN.



O banco foi elaborado com o software livre QGis, sendo que os formatos dos arquivos que utilizamos são totalmente compatíveis com os da SEPLAN, facilitando as consultas, análises e troca de informações entre os setores envolvidos. A publicação dessas informações para o público interno de técnicos e externo, para consulta pelo público, será realizada após ajustes na espacialização das áreas e na classificação destas.



*Lotes – Banco Dados Cadastro / DIDC / SEPLAN  
Áreas Contaminadas – Banco de Dados Verde / SVDS*

Paralelamente elaboramos um cronograma para organizar as ações de aquisição e de atividades internas, para poder priorizar os recursos financeiros e humanos, com o intuito de otimizar a produção e divulgação de dados e elementos ambientais.

Além dessas ações, estamos em processo de organização do material existente para não só facilitar o acesso das informações, como também selecionar o que é útil e confiável e aprimorar o que é necessário.



## **3.4 DESEMPENHO AMBIENTAL E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

### **3.4.1 Programa Município VerdeAzul**

Com a publicação de Decreto criando grupo de trabalho específico e respectiva portaria de nomeação, Campinas pela primeira vez determinou como prioridade o atendimento às diretivas do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Ao longo de 07 meses de trabalho, cerca de 50 colaboradores formataram o Plano de Ação de Campinas para o programa. Nesse período, os indicadores do Município Verde Azul foram atualizados, aprimorados e encaminhados no prazo estipulado.

Como resultado, Campinas saltou da 220<sup>a</sup> colocação em 2012, quando obteve 61,17 pontos, para a 14<sup>a</sup> em 2013, totalizando 89,5 pontos, o que a trouxe para a cúpula de Municípios que primam pela qualidade na gestão ambiental, tendo recebido pela primeira vez a certificação de Município VerdeAzul.

### **3.4.2 Programa Cidades Sustentáveis**

No programa Cidades Sustentáveis, foi elaborado o relatório zero e apresentado em evento ocorrido em abril.

O resultado foi bastante satisfatório para a primeira vez que foram levantados os indicadores dos programa. Campinas conseguiu levantar 75 dos 100 indicadores básicos, sendo que 68 foram acompanhados de metas para 2016.

Cabe destacar que tais dados não tem apenas caráter qualitativo, mas também quantitativo, o que resulta em um melhor acompanhamento da sociedade do desempenho da gestão ambiental local.

### **3.4.3 Contratações Públicas Sustentáveis**

Com relação às Contratações Sustentáveis, deu-se início a sua internalização nas praxis de aquisição de produtos e serviços pela Municipalidade, em fase de tratativas com a Secretaria de Administração para buscar as melhores formas para internalizar itens sustentáveis nas licitações públicas e demais procedimentos correlatos.

### 3.5 PARCERIA PMC E PUCCAMP

No início do ano, o Secretário Rogério Menezes buscou a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) para propor parceria entre as partes visando o desenvolvimento conjunto de produtos de interesse da Secretaria e que poderiam contribuir para a formação profissional dos alunos e professores da Universidade.

A Reitora da PUCCAMP internalizou a demanda e nomeou, por meio de portaria, um grupo de trabalho para que identificasse os produtos que poderiam ter um potencial de desenvolvimento junto aos alunos e o corpo docente da Instituição, tanto na Graduação, como também na Pesquisa e Extensão. Como representante da SVDS no grupo, está nomeada a Eng<sup>a</sup> Sylvia R. D. Teixeira, acompanhada pelo Arq. Cezar Capacle.

Em junho de 2013, após consulta interna aos técnicos da SVDS e reuniões semanais na Universidade, o grupo formatou um relatório com 40 possibilidades (divididas em Recursos Hídricos, Fauna e Áreas Verdes, Geoprocessamento, Educação Ambiental e Outros), nas diversas modalidades ofertadas, que foi aprovado e a Reitora autorizou a continuidade dos trabalhos.

A segunda fase dos trabalhos consistiu em campanha de divulgação junto às diversas áreas do conhecimento e cursos oferecidos, sendo realizadas apresentações com a presença de vários técnicos da SVDS e reuniões setoriais e temáticas para esclarecimentos junto com o corpo docente e discente da entidade de ensino superior. Como parte do processo de parceria participamos da Semana de Engenharia e também da etapa de definição das áreas de TCCs da faculdade de Ciências Biológicas. Paralelamente, produzimos uma proposta do documento que formalizasse essa parceria.

Como resultado dessa fase preliminar, a campanha de divulgação resultou em formalização de 11 interesses, porém o resultado poderá ser maior, já que muitos alunos tem até Fev/14 para decidir o tema a ser desenvolvido com seus trabalhos acadêmicos. Foi sinalizado pela Pró-reitora de Extensão e Assuntos Institucionais a possibilidade de parceria, dentro dos projetos bianuais que estão em andamento, o que pode incrementar os resultados desse processo.

A proposta de convênio foi entregue na última reunião, em 27/11/13, para ser analisada pelo Departamento Jurídico da PUC e, sequencialmente, a

SVDS encaminhará para a SMAJ, para mesma análise. O Grupo instituído pela PUCCAMP encontra-se em fase de elaboração do relatório final e dos anexos de Planos de Atividades.

A expectativa é que o Termo de Cooperação seja assinado no início do ano, para permitir o desenvolvimento de produtos já no primeiro semestre de 2014.

2013

**ÁREA DO VERDE**

## 1. INTRODUÇÃO

A área do verde foi criada com o objetivo de otimizar o planejamento municipal relativo às áreas naturais e melhorar a interface entre esse planejamento e as compensações provenientes dos processos de licenciamento ambiental.

A área do verde tem como escopo a conservação da biodiversidade, a preservação e a conexão dos fragmentos de vegetação nativa, a recuperação de áreas verdes, a melhoria da qualidade ambiental do município e o aumento do contato da população com as áreas naturais.

A criação e manejo de Unidades de Conservação proporcionam tanto a conservação, quanto o contato dos munícipes com ambientes naturais.

O Banco de Áreas Verdes (BAV) promove a recuperação de áreas verdes por meio de plantio de mudas proveniente de processos de compensação ambiental.

## 2. EQUIPE

### **Supervisão**

*Marcos Boni*

### **Banco de Áreas Verdes**

*Danilo José Alves Peixoto*

*Vinicius Menegale*

*Everaldo Telles*

*Ronaldo Sartorio*

*Rodrigo Teodoro*

*Viviane dos Santos*

### **Unidades de Conservação**

*Alethea Borsari Peraro*

### **3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DO VERDE**

- 3.1 Situação 2012
- 3.2 Organização nos procedimentos
- 3.3 Atividades de Rotina Desenvolvidas 2013
- 3.4 Termo de Referência
- 3.5 Plantios
- 3.6 Termos de Ajustamento de Conduta
- 3.7 Unidades de Conservação
- 3.8 Sistema de identificação digital: QR - CODE
- 3.9 Termo de Cooperação com a EMBRAPA

#### **3.1 SITUAÇÃO 2012**

Ao assumir a nova gestão, a situação encontrada não atendia ao pressuposto de organização e padronização. Para sanar a necessidade de organização, foi necessário realizar um balanço dos protocolos que estavam alocados fisicamente no setor comparando com a base digital (sistema PMC).

Após esta fase, foram criados códigos novos para assuntos pertinentes ao setor e os processos foram destinados fisicamente e digitalmente para cada assunto. Com isso a celeridade e controle dos processos ficaram mais garantido e dinâmico.

Também anteriormente a nova gestão, a liberação de áreas para cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental firmados com a SVDS não eram criteriosamente anuída para o cidadão. A partir de janeiro estabeleceu-se todo o procedimento para a escolha, reserva da área e retorno das informações aos órgãos competentes de cadastro na Prefeitura Municipal de Campinas.

#### **3.2 ORGANIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

Foram criados documentos e procedimentos para cada assunto demandado ao Banco de Áreas Verdes. Tal ação visou dar clareza aos

procedimentos e publicidade. Desta forma o processo será instruído com informação formal dos atos decididos pelos técnicos do setor. Como resultado desse esforço institucional foram estabelecidos 6 procedimentos específicos e criados 4 atos (documentos) para estes procedimentos.

Procedimentos:

I – Cadastro do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), de Termo de Compromisso e Recuperação Ambiental (TCRA) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no banco de dados do BAV - SVDS;

II – Análise do Termo de Solicitação de Área do BAV, preenchida pelo Interessado, para Cumprimento do TCA e TCRA;

III – Elaboração do Parecer Técnico Ambiental - PTA sobre a área a ser disponibilizada com a adequação do TCA e TAC para a área, de acordo com a atual demanda do Município;

IV – Emissão da Anuência para cumprimento do TCA, TCRA e TAC juntamente com o Termo de Referência para Elaboração de Projetos de Recuperação Ambiental;

V – Análise do projeto de recuperação ambiental;

VI – Emissão do Termo de Aprovação de Projeto de Recuperação Ambiental - TAPRA;

VII – Análise do laudo de plantio e manutenção;

VIII - Emissão do Laudo Técnico de Vistoria - LTV,

IX – Emissão do Termo de Encerramento de Compromisso Ambiental – TECA.

### **3.3 ATIVIDADES DE ROTINA DESENVOLVIDAS 2013**

No ano de 2013 o BAV emitiu 16 anuências de áreas para plantio. Foram elaborados 12 Pareceres Técnicos e 43 Laudos de Vistoria.

Também foram aprovados 19 projetos de recuperação ambiental e 12 Termos de Encerramento de Compromisso Ambiental.

### **3.4 TERMO DE REFERÊNCIA**

Fora os procedimentos já elucidados anteriormente, foi discutido, elaborado, aprovado e sancionado o Termo de Referência para Elaboração de



Projetos de Recuperação Ambiental. O objetivo é de estabelecer as diretrizes, conteúdo mínimo, abrangência e qualidade para os projetos de recuperação apresentados pelos cidadãos que possuem Termos de Compromisso com a SVDS.

Este documento foi amplamente discutido com a equipe em reuniões temáticas e consolidado em um documento técnico de referência publicado no Diário Oficial do Município, por meio de Resolução, em que visa, dentre outros resultados, promover a objetividade das análises, promover transparência para os requisitos técnicos de análise, bem como negar o ingresso de estudos incompletos, equivocados e não embasados tecnicamente no cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental.

### **3.5 PLANTIOS**

Este ano de 2013 foram plantadas mais de 15 mil árvores. Várias áreas do município foram contempladas com a recuperação ambiental de áreas anteriormente degradadas. Para que estes plantios possam ser efetuados há necessidade de triagem e reserva de áreas, análise e aprovação de projeto, vistorias e organização no banco de dados da Área Verde.

### **3.6 TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Todos os atos praticados pelos cidadãos que desrespeitem as normas ambientais e ou causem danos ao meio ambiente necessitam de reparação e compensação.

Para isto a Área Verde desenvolveu um modelo de Termo de Ajustamento de Conduta, para que o munícipe possa regularizar-se e também compensar os possíveis danos causados. Neste ano foram elaborados 4 Termos de Ajustamento de Conduta - TACs.

A Área Verde adotou como premissa para a elaboração dos Termos a recuperação sócio-ambiental de áreas menos favorecidas da cidade. Desta forma, buscou-se implantar praças com equipamentos de lazer e plantios, visando revitalizar estas áreas e incentivando a melhoria ambiental, bem como oferecendo estruturas de lazer e esporte.

## **3.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **3.7.1 Refúgio de Vida Silvestre Quilombo Santa Genebra**

A criação do RVS Quilombo Santa Genebra está em processo de análise e discussão, juntamente com os técnicos da Fundação José Pedro de Oliveira.

Na última reunião realizada com a FJPO decidiu-se que a nova UC não englobará a área da Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra, e no momento está sendo realizado um levantamento dos proprietários de áreas que incidirão sobre a UC, para a obtenção da anuência e então agendamento da consulta pública.

### **3.7.2 Refúgio De Vida Silvestre Mata Ribeirão Cachoeira**

Ao longo do ano foram realizadas algumas reuniões com o proprietário da Mata a fim de obter a anuência para concretização da criação, uma vez que apesar de não haver a desapropriação, este tipo de categoria de UC necessita da respectiva anuência. No entanto, o proprietário não deu anuência, permanecendo uma situação de impasse. Entretanto, em 21 de outubro foram iniciadas tratativas com o Ministério Público Estadual para avaliar a possibilidade dessa criação ocorrer como contrapartida de passivos que o proprietário possui.

### **3.7.3 Parque Natural Municipal dos Jatobás**

O PNM dos Jatobás, criado pelo Decreto Municipal nº 17.355/11 é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e, portanto, necessita de desapropriação das áreas particulares a que incide. Como os custos para a desapropriação são onerosos ao Poder Público, ao longo do ano foram realizadas tratativas com os 03 proprietários, para revisarmos o perímetro do parque e realizar algumas adequações, de modo que algumas áreas sem características ambientais relevantes sejam retiradas do limite e em contrapartida, os proprietários doem as áreas de importância ambiental, com vegetação de cerrado ao Município. Ademais, para que a área do Parque não seja diminuída, o que contraria a Lei 9.985/00, também está sendo realizado um levantamento da dominialidade de áreas adjacentes ao Parque, para que possam ser integradas à UC.

### **3.7.4 Grupo de Trabalho Técnico para realizar estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no Distrito de Barão Geraldo**

Na esteira de política de instituição de novas unidades de conservação, possibilitando a captação e a gestão da aplicação de recursos de compensação ambiental de empreendimentos a serem instalados no Município ou na região, deu-se continuidade dos trabalhos preconizados pelo Decreto nº 16.713, de 22 de julho de 2009, que criou o Grupo de Estudos para a Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental.

Na região do Distrito de Barão Geraldo, visamos recuperar e melhorar as condições ambientais da área de abrangência do Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo (PLGU/BG), assegurando a proteção de amostras significativas dos ecossistemas ainda existentes, em harmonia com as paisagens existentes (naturais e construídas), contemplando a criação de novas áreas verdes, de corredores de vegetação para interligar os fragmentos de matas ciliares, e áreas que ofereçam abrigo e alimento à fauna local.

Nesse linha, o Senhor Prefeito Municipal de Campinas nomeou, por meio de Portaria, servidores da SVDS e técnicos de outras instituições para compor o Grupo de Trabalho Técnico para realizar estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo cujo resultado preliminar será entregue no início de janeiro de 2014 ao Secretário do Verde e do Desenvolvimento Sustentável. O produto retrata um Plano de Trabalho que será entregue à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo, para buscar recursos que viabilizem a contratação de técnicos e ou empresa para estudarem as áreas que necessitem prioritariamente de conservação, indicando qual a melhor maneira para isto e tipo de categoria de Unidade de Conservação. O intuito é promover a conectividade e o fluxo gênico da fauna e flora regional através da criação ou ampliação de Unidades de Conservação na bacia hidrográfica do ribeirão das Pedras e sua foz no rio Atibaia, área central da Região Metropolitana de Campinas.

### **3.7.5 PROAMB**

Estão constantes do Plano de Trabalho do PROAMB, aprovado pelo Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Município, recursos para a elaboração dos Planos de Manejo do Parque Natural Municipal dos Jatobás, Parque Natural Municipal do Campo Grande e Área de Proteção Ambiental do Campo Grande, com R\$ 240.000,00 para cada plano.

### **3.8 SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DIGITAL: QR - CODE**

Neste ano foi desenvolvido o sistema de identificação digital das árvores plantadas no município de Campinas via Termo de Compromisso Ambiental. O sistema adotado, QR Code, atende ao que é preconizado por leis municipais.

O Sistema funciona por meio de aparelhos digitais (*tablets, smart phones*) conectados a internet. Com este sistema, pode-se obter todas as informações referente a árvore plantada, sendo que o objetivo é inventariar as árvores do município de Campinas, promover informação e educação ambiental aos munícipes e dar celeridade e informações a fiscalização por parte dos técnicos da SVDS.

### **3.9 TERMO DE COOPERAÇÃO COM A EMBRAPA**

Neste ano de 2013 foi realizado o termo de cooperação com a EMBRAPA Monitoramento por Satélite. Este termo irá proporcionar o levantamento das áreas verdes na região urbana e rural do município de Campinas e promete trazer inúmeros benefícios de ordem prática para o setor de Áreas Verdes proporcionando agilidade na fiscalização, conhecimento de todas as áreas verdes municipais, auxiliando a busca por áreas que necessitam de políticas públicas de melhoria, bem como o conhecimento das áreas conservadas e que necessitam de cuidados na sua preservação.

**2013**

**LICENCIAMIENTO AMBIENTAL**

## 1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública Municipal enfrenta desafios na proteção do meio ambiente e na qualidade de vida da população campineira, com vistas ao desenvolvimento econômico e socioambiental da Cidade.

Nesse panorama, o Licenciamento Ambiental, ferramenta de gestão ambiental, tem como objetivo efetuar o controle das atividades efetiva e potencialmente poluidoras, através de um conjunto de procedimentos a serem determinados pelo órgão ambiental competente, com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

Essa busca pelo controle ambiental se manifesta através de uma série de exigências e de procedimentos administrativos que o Poder Público impõe, obedecendo a normas e padrões de qualidades existentes.

Estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental Municipal os empreendimentos e atividades quando considerados de impacto local, bem como aqueles que o Estado, por instrumento legal ou convênio, delegar ao Município. Dessa forma, dependerão de prévio licenciamento da Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, os empreendimentos e atividades relacionados nos Anexos I, II, III e IV, que integram o Decreto nº 17.261, de 08 de fevereiro de 2011, a saber:

### **Quadro I – Dos empreendimentos e atividades de impacto local**

EMPREENHIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL	
ANEXO I	Empreendimentos Imobiliários
ANEXO II	Transportes, saneamento, energia e dutos
ANEXO III	Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e supressão de vegetação nativa ou árvores isoladas
ANEXO IV	Atividades potencial ou efetivamente poluidoras

## 2. EQUIPE

### **Diretoria**

*Andréa Cristina de O. Struchel*

### **Coordenadoria de Controle e Licenciamento Ambiental**

*Patrícia Neves*

### **Assessoria Técnica**

*Guilherme T. N. P de Lima*

### **Anexo I**

*Lindenberg Casimiro Damasceno (Líder)*

*Alexandre Costa*

*Daniel Prenda de O. Aguiar*

*Gustavo Fabrício D'Estefano*

*Ariane Furlanes da Silva*

### **Anexo II**

*Vitor Rafael de Andrade Assunção (Líder)*

*Fernando G. de Martino*

*Heloíse Mara Geraldino Maia*

### **Anexo III**

*Juçara Aparecida André (Líder)*

*Carlos Eduardo de S. Martins*

*Maria Carolina Brunini Siviero*

## **Anexo IV**

*Carla de Souza Camarneiro (Líder)*

*Mário Jorge Bonfante Lançone*

## **Suporte Geológico**

*Rafaela Bonfante Lançone (Líder)*

José Carlos Borges

## **Apoio Administrativo**

*Rosana Reiko Ito*

*Irani Candida*

## **Estagiários**

*Caio Henrique Silva*

*Nathalie Amorim Borges*

*André Monteiro da Silva*

*Maria Eduarda Losi Gonçalves*

*Flavia Cristina Souza*



### **3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

- 3.5 Corpo Técnico Suficiente, Qualificado e Treinado
- 3.6 Equipamentos
- 3.7 Criação do GT-ALPS
- 3.8 Organização nos procedimentos
- 3.9 Informatização por meio do Licenciamento Ambiental *ON LINE*
- 3.10 Termos de Referências
- 3.11 Revisão da Legislação

#### **3.1 CORPO TÉCNICO SUFICIENTE, QUALIFICADO E TREINADO**

Não obstante a SVDS ainda padeça temporariamente com estrutura legal incompatível com as demandas do Governo, o que brevemente será equacionado com a nova estrutura da Pasta, bem como corpo administrativo de suporte insuficientes à demanda, neste ano a equipe técnica ganhou reforço significativo.

A SVDS possui atualmente corpo técnico multidisciplinar (biólogo, ecólogo, geógrafo, geólogo, engenheiros civil, sanitaria, agrônomo, químico e ambiental) e qualificado para desempenhar as atividades de controle ambiental, pois a iniciativa do Poder Executivo em incrementar a equipe técnica com a contratação de 15 (quinze) servidores e estagiários abriu a perspectiva para o fortalecimento da gestão ambiental municipal e favoreceu agilidade nos processos de licenciamento ambiental.

### **3.2 EQUIPAMENTOS**

Estamos em processo de aquisição de equipamentos informacionais, bem como contamos com o apoio de outras Pastas Municipais, bem como da iniciativa privada que acredita e credita nossas ações, viabilizando a doação de computadores e *softwares*.

### **3.3 GRUPO DE TRABALHO DE APOIO AO LICENCIAMENTO DE PROJETOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – GT-ALPS.**

A criação do Grupo de Trabalho foi concebida como uma ação preventiva ligada diretamente às demandas previstas no Programa de Governo Jonas Donizette, bem como com o escopo de conscientização e mudança de paradigmas e entendimentos na administração pública local.

Diversas secretarias e empresas públicas carecem de técnicos especialistas na área ambiental, o que gera dificuldades no andamento de projetos vitais à Prefeitura Municipal de Campinas, tais como aqueles derivados de financiamento pelo Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demandas importantes como o atendimento ao Ministério Público. Desta forma, a SVDS vem desenvolvendo diversos trabalhos de consultoria e apoio técnico para a própria Administração Pública, elaborando projetos, laudos e acompanhamento técnico em diversas atividades realizadas pelas outras pastas. A Tabela 1 mostra as atividades desenvolvidas em 2013, demandadas por outras pastas.

### Ações de apoio técnico desenvolvidas para outros órgãos municipais em 2013

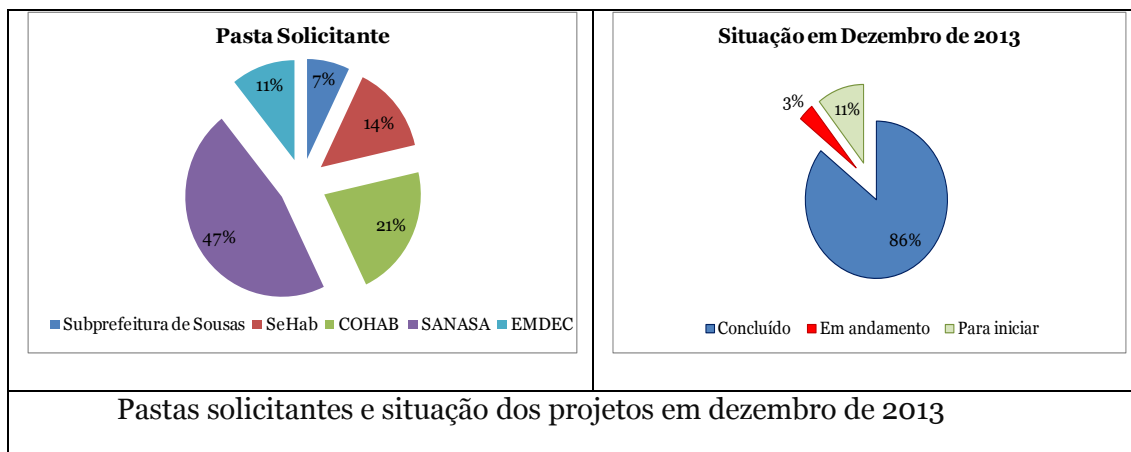
Atualizada em 17/12/2013

Descrição	Pasta solicitante	Situação
Avaliação da necessidade de licenciamento para limpeza do Rio Atibaia, com finalidade de restauração da APP do local e orientações para destinação da área ao BAV	Subprefeitura de Sousas	Concluído
Orientações e avaliação da necessidade de licenciamento para limpeza de APP em propriedade particular	Subprefeitura de Sousas	Agendando vistoria ao local
Elaboração do projeto de restauração da Praça do Jardim Conceição de Sousas, e indicação da empresa MRV Patrimar para executá-lo como medida de compensação ambiental.	Secretaria Municipal de Habitação	Concluído
Assessoria técnica para execução do plantio compensatório na Gleba B (diretrizes para o reflorestamento e visita ao local no momento da execução)	Secretaria Municipal de Habitação	Concluído
Reconstituição (para adequação da verba destinada) do Projeto do Jd. Campo Belo (divisão em dois projetos)- Projeto 1 -a ser executado com verba do Ministério das Cidades	Secretaria Municipal de Habitação	Concluído em Ago/2013
Reconstituição (para adequação da verba destinada) do Projeto do Jd. Campo Belo (divisão em dois projeto) - Projeto 2 - a ser executado pela PMC.	Secretaria Municipal de Habitação	Concluído em Ago/2013
Levantamento de campo e elaboração do laudo de caracterização da vegetação do imóvel objeto da matrícula 103.401, para construção de 660 moradias populares, a ser analisado pelo GRAPROHAB	COHAB	Concluído
Elaboração do projeto de plantio compensatório pelas intervenções na vegetação do imóvel objeto da matrícula 103.401, para construção de 660 moradias populares, a ser analisado pelo GRAPROHAB	COHAB	Concluído
Elaboração do projeto de arborização do imóvel objeto da matrícula 103.401 - Condomínio 1- a ser analisado pelo GRAPROHAB	COHAB	Concluído
Elaboração do projeto de arborização do imóvel objeto da matrícula 103.401 - Condomínio 2 - a ser analisado pelo GRAPROHAB	COHAB	Concluído
Elaboração do projeto de arborização do imóvel objeto da matrícula 103.401 - Condomínio 3- a ser analisado pelo GRAPROHAB	COHAB	Concluído
Orientação técnica quanto as tratativas para retirada das árvores isoladas para ampliação do estacionamento do prédio da COHAB	COHAB	Concluído

<b>Descrição</b>	<b>Pasta solicitante</b>	<b>Situação</b>
Participações em reuniões e visitas técnicas com o Instituto Florestal, para tratativas a respeito da Floresta Serra d' Água	SANASA	Concluído
Elaboração do projeto de restauração florestal do Parque das Águas, em atendimento ao TAC assinado com o MP - GAEMA	SANASA	Concluído e apresentado ao Ministério Público em Fev/2013
Elaboração do projeto de restauração florestal da Floresta Serra d'Água, em atendimento ao TAC assinado com o MP - GAEMA	SANASA	Concluído, mas podendo haver necessidade de modificações no Elaboração do projeto em função do Plano de Manejo que está em fase final de elaboração pelo Instituto Florestal.
Elaboração do projeto de construção do viveiro de mudas de árvores nativas, em atendimento ao TAC assinado com o MP - GAEMA	SANASA	Concluído e apresentado ao Ministério Público em Fev/2013
Reuniões com a equipe técnica da FJPO (para tratativas sobre a elaboração do Termo de referência para licitação do projeto de restauração da Borda da mata Santa Genebra)	SANASA	Concluído em Set/2013
Elaboração do Termo de referência para licitação dos projetos a serem executados na Mata Santa Genebra	SANASA	Concluído em Set/2013
Elaboração do Termo de referência para licitação do projeto de restauração do Parque das Águas	SANASA	Concluído em Set/2013
Elaboração do Termo de referência para licitação do projeto de construção do viveiro de mudas de árvores nativas - em elaboração	SANASA	Concluído em Ago/2013
Elaboração do Termo de referência para licitação do projeto de restauração florestal da Floresta Serra d'Água - a elaborar	SANASA	A iniciar. Aguardando o plano de manejo a ser finalizado pelo IF.
Elaboração do Projeto de Restauração de 29 ha da Mata Santa Genebra, para apresentação à CETESB	SANASA	Concluído em Set/2013

<b>Descrição</b>	<b>Pasta solicitante</b>	<b>Situação</b>
Visitas ao Lago do Café e consultoria nos projetos referentes às edificações do viveiro de mudas a ser implantado pela SANASA	SANASA	Concluída em Dez/2013
Reunião e visita técnica com as empresas interessadas em participar do pregão para execução do projeto de restauração do Parque das Águas	SANASA	Concluído em Nov/2013
Reunião e visita técnica com as empresas interessadas em participar do pregão para execução do projeto de restauração da Mata Santa Genebra	SANASA	Concluído em Out/2013
Visita ao local de implantação do corredor BRT Campo Grande com os técnicos da EMDEC para orientar o interessado quanto ao licenciamento ambiental das áreas verdes e analisar as possíveis mudanças no traçado do projeto.	EMDEC	Concluída em Dez/2013
Visita ao local de implantação do corredor BRT Ouro Verde com os técnicos da EMDEC para orientar o interessado quanto ao licenciamento ambiental das áreas verdes e analisar as possíveis mudanças no traçado do projeto.	EMDEC	A ser concluída em Dez/2013
Visita ao local de implantação do corredor BRT Central com os técnicos da EMDEC para orientar o interessado quanto ao licenciamento ambiental das áreas verdes e analisar as possíveis mudanças no traçado do projeto.	EMDEC	A ser concluída em Dez/2013

Uma síntese da tabela 1 pode ser vista nos gráficos abaixo.



Apesar da grande demanda de projetos pelas pastas e do saldo positivo de conclusões para o ano de 2013, é importante destacar que esse trabalho é realizado por apenas uma técnica, não exclusiva para realização destas atividades. Há, portanto, carência de pessoal para atender a demanda de todas as pastas municipais, o que justifica e ressalta a necessidade da criação de um grupo específico para realização destas atividades de apoio técnico a ser brevemente equacionado por meio de uma estrutura específica na nova Estrutura da SVDS.

Este trabalho evoluirá para a implantação da nova Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Projetos Públicos Municipais, com foco em regularização fundiária e contratação de 8 (oito) técnicos já autorizada pelo Prefeito Municipal.

### 3.1.1 Manual do Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços Públicos Sustentáveis

Fruto preliminar desse trabalho consistiu na confecção do **Manual do Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços Públicos Sustentáveis**, disponível no site da SVDS.

A iniciativa teve por finalidade apoiar os órgãos municipais na implementação da Sustentabilidade, de forma a ampliar a oferta e melhorar a qualidade e eficiência de serviços e bens públicos, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento regional de forma sustentável, reduzindo os impactos

socioambientais no Município de Campinas.

O manual indica diretrizes e medidas técnicas e legais para as obras e serviços municipais que necessitam de licenciamento ambiental, integrando o conjunto de ações empreendidas por parte do Governo Municipal para abordar a questão ambiental, não somente no âmbito do projeto, mas de forma sistemática nas políticas públicas setoriais desenvolvidas pela Municipalidade.

A elaboração do manual GT-ALPS - Grupo de Apoio ao Licenciamento de Projetos Municipais serve de orientação técnica as demais secretarias e empresas municipais que demandam licenças ambientais, sendo que o primeiro passo do funcionamento deste grupo foi o apoio ao licenciamento do PAC Taubaté.

Destacam-se como futuras ações do Grupo os processos de **regularização fundiária** que internalizam as demandas da comunidade carente que também tem direito a uma cidade sustentável, lhe conferindo o direito social a moradia e visando o princípio da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, as áreas ambientalmente protegidas, sobretudo as Áreas de Proteção e Preservação Permanente – APP possuem um histórico de ocupações irregulares.

Assim, a Lei Federal nº 11.977/09 promoveu a simplificação do processo de aprovação da regularização fundiária de interesse social de baixa renda ao reunir no mesmo procedimento o licenciamento urbanístico e ambiental, no âmbito municipal, desde que o Município tenha Conselho de Meio Ambiente e Órgão Ambiental capacitado e recentemente as funções socioambientais das Áreas de Preservação Permanente foram privilegiadas pela Lei Federal nº 12.651/12 (Novo Código Florestal).

Nesse sentido, o processo de licenciamento, como ferramenta de controle e gestão ambiental permite garantir o direito à cidade com a premissa de conjugar o cumprimento de suas funções sociais e de proteger o direito à moradia e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

### **3.4 ORGANIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS**

A organização dos procedimentos se deu com as seguintes ações:

#### **3.4.1 Estabelecimento de interface com os Conselhos Municipais (COMDEMA, CONGEAPA, Fundação José Pedro de Oliveira e demais órgãos Gestores de Unidades de Conservação)**

A interface com os Conselhos Municipais no processo de licenciamento ambiental é primordial para garantir um controle social quantitativo, qualitativo e primando pela eficiência e celeridade que o procedimento requer.

A repactuação com o COMDEMA a interface do licenciamento ambiental se fez essencial nos trâmites ordinários do processo.

A negociação bem sucedida com o COMDEMA resultou na aprovação da Ordem de Serviço nº 01, de 28 de março de 2013, o que favoreceu a celeridade do licenciamento de projetos de interesse social e saneamento básico, flexibilizando o procedimento da emissão de licenças prévias e contribuindo para obtenção de novos investimentos públicos.

Além disso, com a mudança de vinculação do CONGEAPA, permitiu a normalização e retomada das atividades deste conselho, que elegeu novo Presidente e Secretaria Executiva com mandato até maio de 2014 e já iniciou o mesmo caminho que o COMDEMA nos processos de análise de empreendimentos na APA que demandam licenciamento ambiental.

Dessa forma, pudemos evoluir no texto da normativa de interface, fazendo publicar a Ordem de serviço nº 03, de 23 de outubro 2013, onde se ampliou as possibilidades de controle social do processo de licenciamento ambiental em harmoniza com a Resolução CONAMA nº 428/2010.



### **3.4.2 Incremento nas formas de comunicação de atos processuais**

Pudemos ampliar as formas de interação com os usuários de nossos serviços, alterando o procedimento para notificação dos interessados que não se dá somente por meio de publicação no Diário Oficial do Município (DOM), mas também mediante envio de e-mail para o interessado (proprietário da área ou empreendedor, bem como empresa de consultoria contratada). Tal medida foi consubstanciada na Ordem de Serviço nº 02, de 30 de julho de 2013.

### **3.4.3 Definição de parâmetros objetivos de permeabilidade do solo na aprovação de empreendimentos**

Também finalizamos a unificação de entendimentos para estabelecer parâmetros objetivos de permeabilidade do solo na aprovação de empreendimentos, face o conflito de entendimentos internos de diversos órgãos da municipalidade, por meio da publicação do Decreto nº 18.084, de 29 de agosto de 2013.

### **3.4.4 Estabelecimento de critérios de compensação ambiental**

Com o empenho da área verde publicamos a Resolução nº 01, de 28 de agosto de 2013, que regulamenta o artigo 3º do Decreto nº 17.724, de 08 de outubro de 2012, que dispõe sobre a Compensação Ambiental relativa a critérios de plantios e obrigações acessórias em áreas verdes em sede de licenciamento ambiental. Após, referida normativa foi substituída pelo Decreto nº 18.108, de 25 de setembro de 2013.

Este trabalho tem escopo de objetivar os procedimentos e formas de compensação ambiental bem como suprir uma lacuna com a revogação da Resolução SMA nº 18/2007, resultou no desdobramento das formas de medida de compensação em plantios tradicionais e plantios de bosqueamento com internalização de infraestrutura de cultura, esporte, educação e lazer, como forma de aliar à função ambiental das áreas verdes, também a sua função social,

bem como garantir a real preservação desses biomas, através de critérios técnicos detalhados.

#### **3.4.5 Melhoria nas formas de atendimento ao público**

Dado a falta de espaços físicos adequados para atendimento ao público, fizemos agendamento com as áreas afins, a fim de trazer conforto aos usuários que pedem esclarecimentos técnicos, mediante agendamento prévio dispostos em planilhas específicas para que os técnicos possam se preparar antecipadamente para o atendimento. Tal procedimento consta do Comunicado nº 01, de 04 de setembro de 2013.

#### **3.4.6 Adequações pontuais nas normas de licenciamento ambiental**

O Decreto nº 18.104, de 24 de setembro de 2013, conferiu alteração do artigo 9º do Decreto nº 17.261/11 para estabelecer a documentação necessária nos casos de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), supressão de vegetação e corte de árvores isoladas, feitas por órgãos públicos municipais, necessárias às atividades de utilidade pública, em especial na conservação e manutenção da cidade, implantação e reforma de galerias de águas pluviais e emissários de esgotos, travessias sobre cursos d'água, limpeza e desassoreamento de córregos e lagoas, bem como conferir dispensa do licenciamento pelo órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência de atividades e obras acima previstas quando de interesse da Defesa Civil, nos termos do art. 8º, § 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal), sem prejuízo das medidas mitigatórias e compensatórias decorrentes das obras realizadas, mediante a lavratura de Termo de Compromisso Ambiental – TCA.

### **3.4.7 Espacialização do licenciamento ambiental**

Para maior eficiência e interface com as áreas de planejamento e com a comunidade, demos início aos procedimentos de espacialização do licenciamento ambiental, o que permite analisar de forma harmônica vários empreendimentos de uma mesma região. Essa atividade está sendo realizada em parceria com a área de planejamento da SVDS favorecendo a troca de informações e a integração entre os técnicos das diferentes áreas da Secretaria.

### **3.4.8 Interface com a área e fiscalização ambiental**

Demos azo a várias ações de melhoria de procedimentos com a área de fiscalização, objetivando a integração das equipes, bem como a divisão administrativa de procedimentos, para que os processos de vistoria e aplicação de sanções administrativas não inviabilizem ou tragam morosidade aos processos de licenciamento ambiental. Para tanto, pudemos estabelecer protocolos separados para cada tema (licenciamento e fiscalização), apenas com anotação dos processos respectivos dos protocolos de interface.

## **3.5 INFORMATIZAÇÃO POR MEIO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ON LINE**

Com o licenciamento ambiental informatizado (denominado Licenciamento Ambiental ON LINE - LAO), tem-se a exclusão do papel sendo a totalidade dos procedimentos encaminhados por meio da rede mundial de computadores, desde o requerimento até a emissão das licenças, autorizações e termos de compromissos ambientais.

O trabalho tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários ao processo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, bem como imprimir maior agilidade e transparência aos trabalhos internos da SVDS.

A primeira fase consistia no pedido, emissão de boleto bancário para

pagamento de taxas e documentos. A segunda consiste na análise técnica, vistorias, no controle social e emissão de documentos ambientais (licenças, exames técnicos municipais e autorizações).

A segunda fase foi finalizada no dia 15 de agosto e abarcou o procedimento completo.

Como desmembramentos dos processos pudemos concretizar as seguintes ações facilitadoras:

- elaboração e publicação de tutorial (ferramenta de auxílio a compreensão do processo de licenciamento ambiental bem como do seu processo de informatização), já publicado na sítio da SVDS;
- elaboração e publicação do *check list* de documentos necessários para ingressar com os requerimentos, já publicado no sítio da SVDS;
- tratativas junto ao Protocolo Geral e a imprensa no sentido de incentivar o uso do LAO, inclusive com a elaboração de cartaz institucional:



<https://lao.campinas.sp.gov.br/>  
e faça o seu Licenciamento Ambiental *On line*

**ATIVIDADES QUE PODEM SOLICITAR LICENCIAMENTO AMBIENTAL *On line***

- Licenciamento de Empreendimentos Imobiliários
- Licenciamento de Atividades de Transporte, Saneamento, Energia e Dutos
- Licenciamento de Intervenções em Áreas de Preservação Permanente, Supressão de Vegetação e Corte de Árvores Isoladas
- Licenciamento de Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras de Impacto Local
- Suporte geológico

**Maiores informações ou dúvidas, fale conosco:**

Telefones:  
2116-0104  
2116-0658

Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/govern/medio-ambiente/>  
e-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br)  
Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

Está o processo em medidas de aperfeiçoamento informacional junto à Informática de Municípios Associados – IMA e institucional (junto aos diversos órgãos municipais), trazendo facilidades para os usuários internos e externos.

Após a fase de ajustes, o programa será a única porta de entrada para os processos de licenciamento ambiental.

### 3.6 TERMOS DE REFERÊNCIAS

Encontra-se em fase final de conclusão dos Termos de Referência para documentos ambientais cujo objetivo é estabelecer as diretrizes, conteúdo mínimo, abrangência e qualidade para as diversas fases do licenciamento ambiental.

São 13 (treze) documentos, amplamente discutidos com a equipe em reuniões temáticas, e consolidados em documentos técnicos de referência publicados no Diário Oficial do Município, por meio de Resolução, em que visa, dentre outros resultados, em promover a objetividade das análises, afastando-se subjetividades individuais dos técnicos, promover transparência para os requisitos técnicos de análise, bem como negar o ingresso de estudos incompletos, equivocados e não embasados tecnicamente no processo de licenciamento ambiental.

#### Termos de Referências

	Termos de Referência	Resolução
1	Laudo geológico geotécnico	02, de 09/10/2013
2	Projetos de drenagem de águas pluviais	08, de 08/11/13
3	Projetos de terraplenagem	09, de 08/11/13
4	Caracterização da vegetação	03, de 10/10/2013
5	Memorial de caracterização do empreendimento (MCE)	04, de 18/10/2013
6	Estudo ambiental aplicado (EAA)	05, de 23/10/2013
7	Laudo de Fauna	07, de 01/11/13

8	Recuperação ambiental (Áreas Verdes)	11, 27/11/2013
9	Relatório ambiental integrado (RAI)	06, de 31/10/13
0	Estudos de tráfego	10, de 13/11/13
1	Monitoramento da qualidade de água	12, de 04/12/13
2	Plano de controle e monitoramento ambiental de obras	13, de 16/12/13
3	Gerenciamento de resíduos sólidos	em análise

### **3.7 REVISÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Campinas conta com Plano Diretor, Lei de Uso Ocupação do Solo, Fundo Ambiental, Conselho de Meio Ambiente deliberativo e atuante, bem como corpo técnico para desempenhar as atividades de licenciamento ambiental.

Em nossa rotina diária de análise pudemos trabalhar no processo de licenciamento ambiental sob o auspício de dois diplomas municipais: Decreto nº 16.973, de 04 de fevereiro de 2010 e Decreto nº 17.261, de 08 de fevereiro de 2011 e tivemos a oportunidade de, coletivamente, aperfeiçoar os procedimentos até então praticados por meio do Projeto de Lei Complementar nº 24/12, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, que tramita na Câmara Municipal de Campinas.

Referido documento visa internalizar e harmonizar regras como a Lei nº 13.508, de 22 de dezembro de 2008 e consolidar os procedimentos de municipalização de licenciamento ambiental preconizados na legislação em vigor, notadamente a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, além de princípios ambientais basilares ao aplicador da norma ambiental.

Para dar publicidade, fomentar a participação da comunidade e setor empresarial e promover o controle social, disponibilizamos todo o material pertinente do sítio da SVDS, bem como realizamos Fórum, encontros e audiência pública para debater o Projeto de Lei sobre o Licenciamento Ambiental, tendo inclusive disponibilizado, por meio de quadro explicativo todas as contribuições e suas inserções no documento legal.

Até a presente data, em sede de Poder Legislativo, o aludido PLC teve audiência pública em 29 de outubro de 2013, aguardando-se primeira e segunda votações para a sua aprovação.

O Projeto de Lei Complementar de Licenciamento Ambiental nº 24/2012 já é objeto de trabalho por meio de Decreto Regulamentador elaborado pela equipe técnica da SVDS e em debate interno, com posteriores audiências de demais processos de oitiva junto à sociedade.

## 4. RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS EM SEDE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

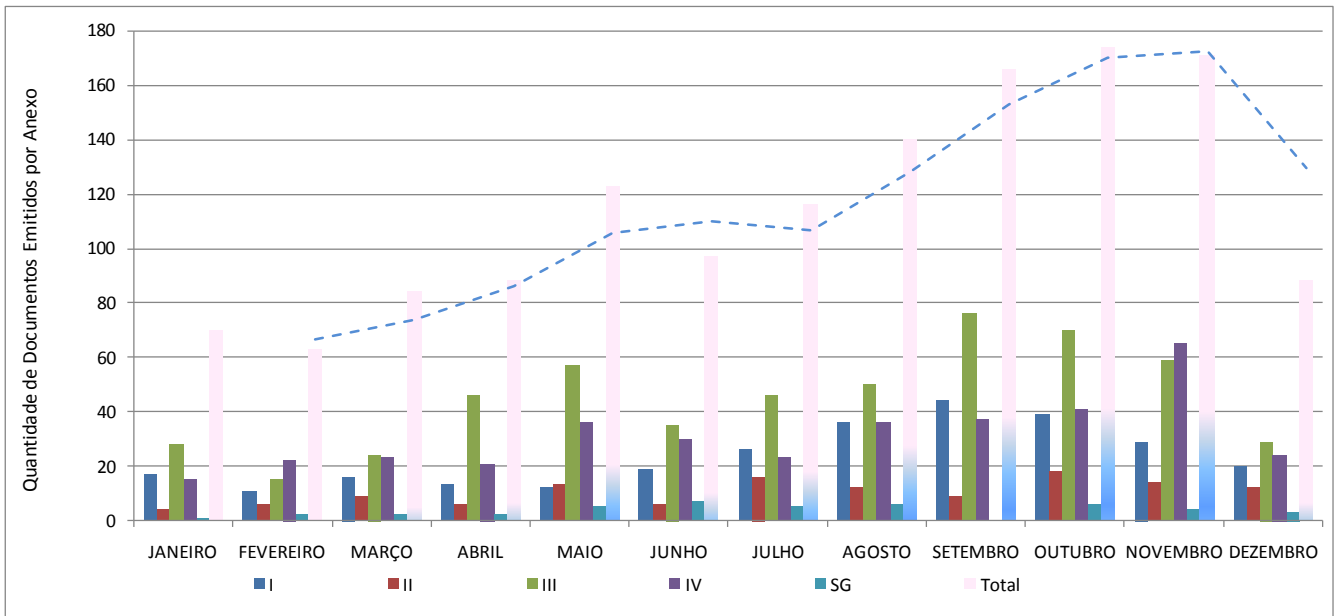
RELATÓRIO ANUAL 2013														
ANEXO	DOCUMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
I	LP	2	2	2	3	3	8	3	9	6	5	4	13	60
	LI	2	0	2	1	1	1	3	4	3	4	1	2	24
	LO	0	0	0	1	1	1	0	0	1	2	0	1	7
	LP/LI	3	0	2	0	0	0	0	0	1	1	1	1	9
	ETM	1	1	2	1	1	1	0	4	1	2	1	0	15
	PTA	9	8	8	7	4	7	13	14	30	25	19	0	144
	CDL	0	0	0	0	2	1	7	5	2	0	3	3	23
<b>Total:</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>26</b>	<b>36</b>	<b>44</b>	<b>39</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>282</b>	
II	LP	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	3	3	10
	LI	0	1	0	1	1	0	0	0	0	2	0	0	5
	LO	0	0	3	0	0	0	1	0	0	1	0	0	5
	LP/LI	0	0	0	1	0	1	2	0	0	1	2	7	14
	ETM	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	7
	PTA	3	4	5	4	7	5	12	10	7	13	7	0	77
	TCA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
	P INDEF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CDL	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	5	
<b>Total:</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>125</b>	
III	ATZ	10	0	5	13	11	9	10	9	11	20	18	13	129
	TCA	9	1	7	14	14	11	16	8	23	27	18	16	164
	PTA	8	13	12	19	31	15	20	33	42	23	23	0	239
	P INDEF	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>Total:</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>46</b>	<b>57</b>	<b>35</b>	<b>46</b>	<b>50</b>	<b>76</b>	<b>70</b>	<b>59</b>	<b>29</b>	<b>535</b>	
IV	LP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	LO	2	0	3	2	1	3	1	2	0	3	6	7	30
	LP/LI	0	3	0	5	6	0	1	7	6	3	4	8	43
	RLO	2	3	2	0	1	0	2	0	0	0	1	0	11
	ETM	6	10	6	11	24	16	13	18	13	14	20	9	160
	PTA	5	6	12	3	1	10	6	9	18	21	34	0	125
	P INDEF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CDL	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	4	
<b>Total:</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>41</b>	<b>65</b>	<b>24</b>	<b>373</b>	
SG	CDL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	PTA	1	2	1	1	4	6	3	3	0	6	4	0	
	LP/LI	0	0	1	1	1	1	2	2	0	0	0	3	11
<b>Total:</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	
I, II e IV	DECLARAÇÃO	5	7	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
	<b>Total:</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>
<b>Total Geral:</b>		<b>70</b>	<b>63</b>	<b>84</b>	<b>88</b>	<b>123</b>	<b>97</b>	<b>116</b>	<b>140</b>	<b>166</b>	<b>174</b>	<b>171</b>	<b>88</b>	<b>1380</b>

O Quadro acima demonstra a totalidade de documentos emitidos pelos diversos setores do Licenciamento Ambiental até 20 de dezembro de 2013. Em 27 de dezembro, foram emitidos mais 10 documentos.

Comparando o quadro com os quantitativos de 2012, constantes do Relatório da então Secretaria de Meio de Ambiente (SMMA), onde o montante de documentos emitidos foi de **1.064** até dezembro de 2012, podemos verificar um salto quantitativo de produção no setor no ano de 2013, cujo montante até 27 de dezembro de 2013 foi de **1.390** documentos emitidos.

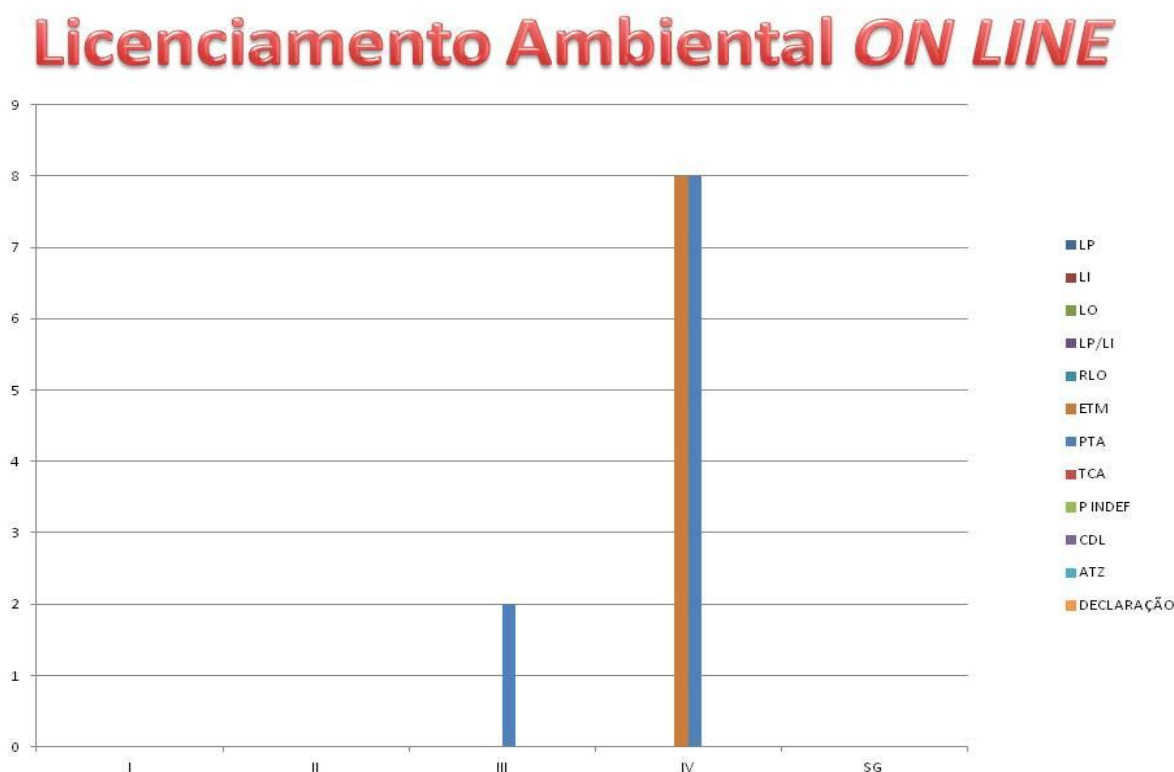
Abaixo um gráfico demonstrando a evolução da Emissão de Documentos ao longo do ano de 2013 da cada área específica do Licenciamento Ambiental:





## 5. LICENCIAMENTO AMBIENTAL ON LINE

O Licenciamento Ambiental *ON LINE*, inaugurado em 15 de agosto de 2013, ainda com entrada facultativa, tem gerado uma ganho significativo de celeridade na entrada, análises e emissão de documentos ambientais. Pela figura abaixo, verifica-se os quantitativos de documentos emitidos mensalmente até novembro de 2013.



Verifica-se um uso preponderante do Anexo IV – Atividades poluidoras, seguida dos Anexos III - Áreas Verdes e Anexo I – Empreendimentos Imobiliários.

Efetivamente foram emitidos Pareceres Técnicos Ambientais – PTAs e 08 Exames Técnicos Municipais – ETMs pelo Anexo IV e dois Pareceres Técnicos Ambientais – PTAs pelo Anexo III, todos remetidos ao COMDEMA, para fins de controle social.

Cabe incluir que se encontram em cada Anexo as seguintes solicitações, ainda em análise antecedente á emissão de Pareceres Técnicos Ambientais – PTAs:

<b>Anexo</b>	<b>Pedidos em Preenchimento</b>	<b>Solicitação finalizada, aguardando pagamento</b>	<b>Em análise pela SVDS</b>
I e Suporte Geológico	21	1	0
II	10	0	0
III	14	2	1
IV	18	1	16

Diante dos dados acima demonstrados, verifica-se um paulatino reconhecimento das benesses do processo informatizado, com adesão dos usuários ao referido sistema.

2013

**FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

## 1. INTRODUÇÃO

O setor de fiscalização Ambiental é responsável pela organização e coordenação da fiscalização ambiental com a finalidade de controlar e monitorar as potenciais fontes de poluição existentes em todo o território do Município, em conjunto com outros serviços de fiscalização da Administração Municipal e de outros órgãos estaduais e federais.

Além dessas funções compete ao Setor de Fiscalização:

- Exercer o poder de polícia administrativa e gerenciar a imposição de penalidades;
- Elaborar e manter atualizados os cadastros e regimentos relativos a controle ambiental;
- Propor, executar e participar de planos e projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental;
- Participar, juntamente com os órgãos competentes, dos governos Estadual e Federal no controle, vigilância e fiscalização da produção, armazenamento, transporte, comercialização, uso e destino final de substâncias, bem como do uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco, efetivo ou potencial, para a qualidade de vida e do meio ambiente;
- Divulgar para a comunidade, por meio de relatórios anuais, as ações de fiscalização e resultados do controle e monitoramento realizados pelo Setor, inclusive na site da Prefeitura Municipal de Campinas;
- Proceder a outras medidas tendentes a dar o bom andamento dos trabalhos.
- Propor e executar projetos que visem ao controle e monitoramento de fontes potencialmente poluidoras;
- Estabelecer planos e executar programas de atividades preventivas a danos ambientais, inclusive com a participação da comunidade;
- Fixar, quando for o caso, exigências para mitigação ou recomposição dos danos potenciais ou efetivamente causados ao meio ambiente;

- Propor e implementar programas de monitoramento de áreas verdes e de Unidades de Conservação no Município;
- Controlar e fiscalizar empreendimentos, atividades e processos produtivos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação ambiental;
- Responder às demandas da sociedade e de outros órgãos públicos ou privados;
- Acompanhar, monitorar, efetuar levantamentos, vistoriar e fiscalizar as áreas passíveis de degradação ambiental;
- Exercer a fiscalização e aplicar as sanções definidas em legislação específica;
- Impor ao poluidor e ao degradador do meio ambiente a obrigação de recuperar e reparar os danos causados ao meio ambiente.

## 2. EQUIPE

### **Responsável pela área de fiscalização**

*Janete do Prado Alves Navarro*

### **Chefe de Setor**

*Luiz Omena Ferro*

### **Equipe de fiscalização**

*Adilson Cláudio de Barros*

*Carolina Maria Neves Quadros*

*Guilherme Demori Estevam*

*Heloísa Fava Fagundes*

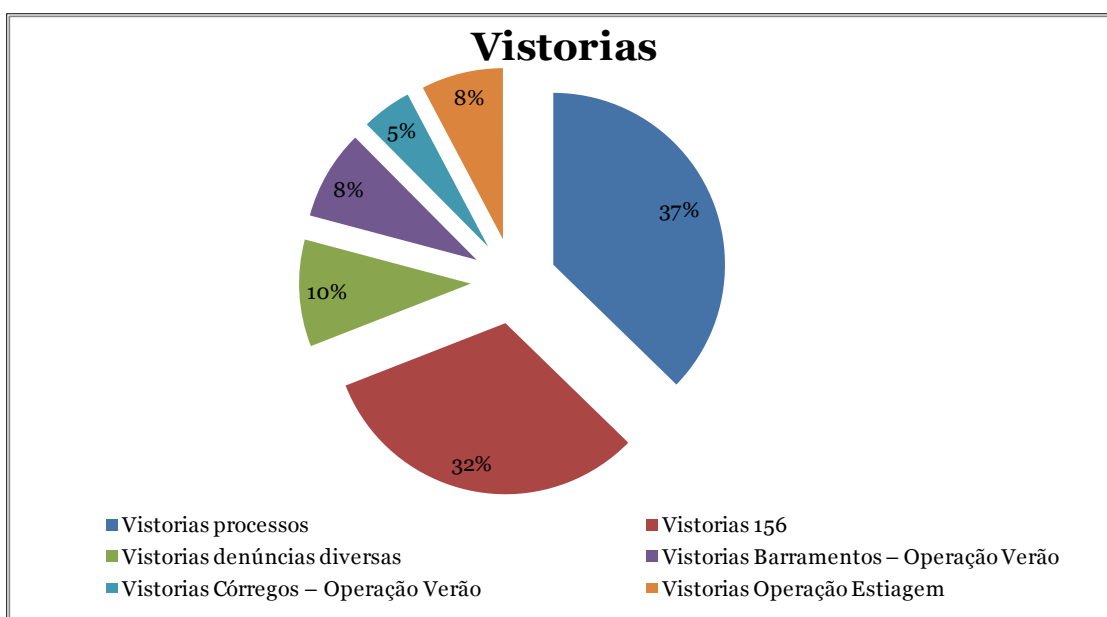
*Rodrigo dos Santos Santana*

### 3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Dentro desse conjunto de atividades, no ano de 2013 foram realizadas vistorias, emitidos autos de advertência, multa, embargo e de interdição que proporcionaram a arrecadação de recursos financeiros para o Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) que serão revertidos em ações para a melhoria dos trabalhos da SVDS e para recuperação e preservação ambientais.

As principais ações de vistorias foram:

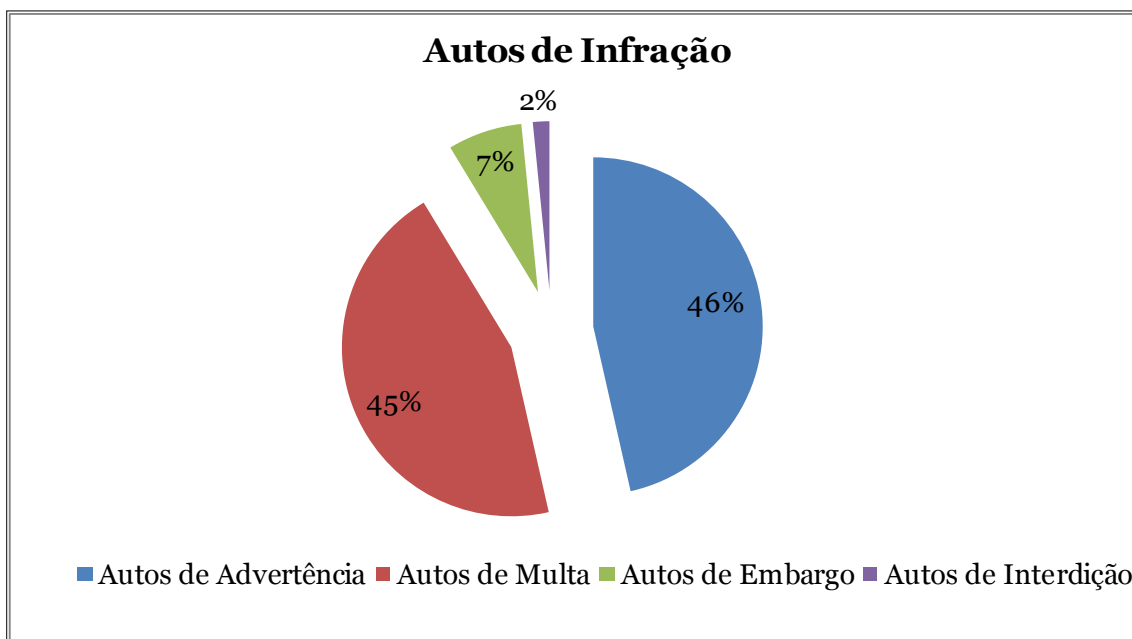
<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
Vistorias processos	469
Vistorias 156	399
Vistorias denúncias diversas	127
Vistorias Barramentos – Operação Verão	106
Vistorias Córregos – Operação Verão	59
Vistorias Operação Estiagem	97
<b>TOTAL</b>	<b>1257</b>





Avaliando o primeiro semestre de 2013, houve um sensível acréscimo de 53% no total de vistorias realizadas através dos protocolos do setor de licenciamento ambiental. De maneira geral, a equipe manteve a produtividade do ano de 2012 mesmo sem o aumento no quadro de funcionários.

<b>Autos de Infração</b>	<b>Total</b>
Autos de Advertência	59
Autos de Multa	57
Autos de Embargo	9
Autos de Interdição	2
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>



Mais de 90% dos autos de infração referem-se à advertências ou multas aplicadas em casos de ações que violaram as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como as exigências técnicas delas decorrentes, constantes das licenças ambientais.

Essas ações proporcionaram uma expectativa de arrecadação para o PROAMB no valor de R\$ 890.671,34, sendo que o total arrecadado até a data de 17 de dezembro de 2013 foi de R\$ 271.083,15, como mostra o quadro abaixo.

<b>Autos de Infração - Imposição Penalidade de Multa</b>	
Multas Emitidas	R\$ 890.671,34
Total arrecadado até 17/12/2013	R\$ 271.083,15

O valor restante de R\$ 619.588,19 est em processo de análise de recursos. No caso de falta de pagamento por parte do autuado, será encaminhado para o registro na dívida ativa do município de Campinas.

### **3.1 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS**

#### **3.1.1 Fiscalização Corretiva**

- Atendimento das demandas da população através de solicitação de 156.
- Atendimento das demandas de licenciamento ambiental.
- Atendimento de demandas gerais – câmara, promotoria, ouvidoria, planejamento.
- Aplicação da legislação ambiental através de autos de inspeção, advertência, multa, embargo e interdição.

#### **3.1.2 Fiscalização Preventiva**

- Geoprocessamento – alimentação das bases de dados do geo.
- Projeto Amigos do Céu.
- Projeto Olho Verde – vistorias nas empresas licenciadas por esta SVDS durante o prazo de validade das licenças.
- Curso de formação da GMC.
- Identificação in loco de possíveis áreas para o Banco de Áreas Verdes.
- Operação Verão.
- Operação Estiagem.
- Vistorias em madeireiras.

2013

**PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL**

## 1. INTRODUÇÃO

O Departamento de Proteção e Bem Estar Animal (DPBEA) ainda não existe de fato, sendo que a ideia de sua formação nasceu enquanto demanda do Conselho Municipal de Proteção Animal de Campinas (CMPDA), que através de uma oficina, utilizando-se de um planejamento orientado a objetivos, elaborou-se uma estrutura para o Departamento, que foi posteriormente aceita e adaptada pela administração municipal.

O Projeto de Lei que cria a Secretaria do Verde do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável na qual o DPBA está inserido foi aprovado na Câmara dos Vereadores no dia 17 de dezembro de 2013 e aguarda agora a sanção do prefeito de Campinas em janeiro de 2014.

## 2. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

Em detrimento da inexistência formal atividades de planejamento dentre outra foram realizadas e encontram-se elencadas abaixo:

- Tratativas com a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido da assunção por parte do DPBEA das instalações do antigo Centro de Controle de Zoonoses.
- Criação de um grupo de transição envolvendo técnicos da Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria de Saúde para avaliar e planejar a transição do prédio, bens móveis e funcionários do antigo CCZ para o novo Departamento.
- Várias reuniões/oficinas de planejamento com os funcionários do CCZ (que irão permanecer no novo Departamento).
- Elaboração do Planejamento de gastos para o triênio 2014-2016.
- Tratativas junto a Secretaria de Comunicação para elaboração e veiculação de material informativo sobre guarda responsável e abandono de animais.

- Readequação e impressão de Cartilha sobre guarda responsável.
- Tratativas junto ao CMPDA sobre a implantação do Departamento.
- Tratativas junto ao Gabinete do prefeito sobre a implantação do Departamento.
- Participação nas reuniões do CMPDA.
- Participação nas reuniões destinadas a proposição de uma Política de Educação Ambiental para o município de Campinas.

# CONCLUSÃO GERAL

O esforço institucional em apresentar resultados satisfatórios e condizentes com a tônica de desenvolvimento sustentável do Governo é palavra de ordem em nossas ações rotineiras.

Apesar dos avanços, ainda não contamos com uma estrutura administrativa ideal, o que nos compele a avançar em passos não tão largos.

Por outro lado, felizmente, contamos com um corpo técnico de excelência e em ampliação, cuja dedicação de trabalho em grupo se equipara a grandes corporações privadas.

Destaca-se a existência de uma equipe comprometida, um norte político-institucional claro e objetivo e as contribuições de outros órgãos afins para a realização das ações. Assim, pudemos no ano de 2013, experimentar uma condução política ética e comprometida, o que nos estimulou a dar os passos arrolados acima com empenho e o entusiasmo de poder realizar mais nos próximos anos para que alcancemos, em nível local, as metas globais, na qual permitimo-nos citar o artigo inaugural da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio/2012:

*“Nós reafirmamos que para realizar o desenvolvimento sustentável é preciso encorajar um crescimento inclusivo, equitativo e sustentável, criando maiores oportunidades para todos reduzindo desigualdades, melhorando as condições básicas de vida, protegendo o desenvolvimento equitativo, social e de inclusão, promovendo a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas que os suportam, inter alia [entre outros], o desenvolvimento econômico, social e humano, facilitando a conservação, regeneração, restauração e resiliência ecossistêmicas diante de novos e emergentes desafios.”*  
(United Nations, Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012, A/CNF. 216/L.1 - tradução de Paulo Affonso Leme Machado)

**ROGÉRIO MENEZES**

**Secretário do Verde e do Desenvolvimento Sustentável**